



Anais da Assembléia

Nº 65

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1981.

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 1981.

SEXTA-FEIRA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

CAPÍTULO I

Art. 1.º — A nomeação dos diretores das unidades escolares, independentes ou integrantes do complexo escolar, bem como a dos complexos escolares é atribuição do Secretário de Estado da Educação, e incidirá num dos componentes da lista tríplice que lhe for apresentada pela Coordenadoria dos Núcleos Regionais.

Parágrafo único — O nomeado exercerá suas funções por um (01) mandato de três (03) anos, podendo ser conduzido uma única vez.

Art. 2.º — A forma de composição da lista tríplice obedecerá as normas estabelecidas nesta lei.

CAPÍTULO II UNIDADES ESCOLARES

Art. 3.º — Em dia, hora e local determinados com antecedência mínima de vinte (20) dias e sob convocação do Inspetor Regional de Ensino, reunir-se-ão os professores e especialistas em exercício da unidade escolar e representante da Associação de Pais e Mestres eleito por seus pares, estranho ao corpo docente, para organizarem uma lista tríplice destinada ao fim previsto no artigo 1.º, desta lei.

Parágrafo único — A Associação de Pais e Mestres deve apresentar o nome de seu representante até 48 (quarenta e oito) horas antes da eleição da lista tríplice.

Art. 4.º — O diretor abrirá a sessão, passando a presidência dos trabalhos ao professor ou especialista mais idoso que escolherá um dos presentes para servir como Secretário.

Art. 5.º — Somente poderão integrar a lista os especialistas de educação com habilitação em administração escolar e os professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério, com formação compatível com o grau de ensino mais elevado em oferta na unidade, todos nela em exercício, pelo menos, nos últimos seis (06) meses imediatamente anteriores à sessão.

Parágrafo único — Em caso de inexistência de especialistas e professores aludidos neste artigo, ou de existirem menos de três (03), poderão concorrer também os especialistas com habilitação e os professores efetivos, ficando assegurada a inclusão daqueles na lista.

Art. 6.º — O Colegiado a que alude o artigo 3.º funcionará para o fim previsto nesta lei, mediante a participação efetiva de oitenta por cento de seus integrantes.

Art. 7.º — Na organização da lista tríplice observar-se-á o seguinte:

- distribuição antecipada pela Inspetoria de relação em ordem alfabética dos professores e especialistas em condições de serem votados;
- votação secreta: numa cédula contendo apenas os números da relação distribuída pela Inspetoria, assinalando com um "X" o número correspondente ao candidato;
- haverá três (03) votações: uma para cada nome da lista;
- apuração imediata da votação pelo Presidente, Secretário e mais dois do colegiado.

§ 1.º — Serão considerados indicados os candidatos que obtiverem em cada escrutínio, maioria absoluta de votos dos

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Wilson Fortes e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (56). Achando-se ausentes, em licença, os Senhores Deputados José Tavares e Valduga.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

TELEGRAMA:

TELEGRAMA:

Nos seguintes termos:

DEPUTADO JOÃO MANSUR — PRESIDENTE ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CURITIBA-PR.

EMOCIONADO NOTÍCIA MINHA INDICAÇÃO MINISTÉRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO AGRADEÇO DECISIVO APOIO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADO DO PARANÁ pt PEÇO-LHES ESPECIAL OBSÉQUIO TRANSMITIR MEUS AGRADECIMENTOS PESSOAIS TODOS INTEGRANTES DESSA CASA LEGISLATIVA pt GRANDE HONRA PARA MIM PODER CONTAR REPRESENTAÇÃO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA SOLENIDADE MINHA POSSE TRIBUNAL SUPERIOR TRABALHO pt

LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO — RUA DA GLÓRIA 108 CURITIBA/PR
Ao conhecimento da Casa.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 54/81

presentes.

§ 2.º — Se ocorrer empate na votação, será considerado indicado o que for mais antigo na unidade.

Art. 8.º — Proclamado o resultado final, a lista tríplice, em ordem alfabética, será encaminhada por ofício, ao Chefe do Núcleo Regional, acompanhada do CURRICULUM VITAE dos seus integrantes, bem como de cópia da Ata da sessão.

Parágrafo único — A Chefia do Núcleo Regional emitirá parecer, no qual examinará o cumprimento das normas estabelecidas nesta lei e em seguida remeterá o expediente à Coordenadoria dos Núcleos Regionais da SEED, que se encarregará de apresentá-la ao Secretário de Estado da Educação, para os devidos fins.

Art. 9.º — Do que ocorrer na sessão, o Secretário lavrará em livro próprio da Escola, ata circunstanciada, assinando-a com o Presidente e na qual mencionará:

- a) data da sessão, hora da abertura e local,
- b) nome completo do Presidente que presidiu os trabalhos,
- c) nome de todos os presentes,
- d) todas as indicações feitas e os números de votos de cada um,
- e) constituição definitiva da lista tríplice.

CAPÍTULO III DOS COMPLEXOS ESCOLARES

Art. 10 — A organização da lista tríplice para a direção de complexos escolares, será procedida por um colegiado constituído pelos:

- a) diretores das unidades, inclusive do próprio Complexo,
- b) especialistas atuantes em todo o Complexo;
- c) um representante do corpo docente de cada unidade do Complexo, eleito pelo mesmo colegiado da Escola;
- d) um representante, estranho ao corpo docente, da Associação de Pais e Mestres, eleitos por seus pares de cada unidade do Complexo.

Parágrafo único — Os representantes do corpo docente de cada unidade do Complexo deverão ser, de preferência integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

Art. 11 — Os dispositivos dos capítulos anteriores aplicam-se no que couber, à organização da lista tríplice para a direção de complexos escolares.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 12 — O procedimento estabelecido nesta lei será aplicado de três em três anos e as funções dos atuais Diretores das Unidades e Complexos Escolares, até novembro de 1.981.

Art. 13 — Vagando, definitivamente, a função do Diretor, por qualquer motivo, no curso do triênio, proceder-se-á a uma nova lista tríplice na forma prevista nesta lei e o nomeado o será para novo triênio.

Art. 14 — Quando se tratar de estabelecimento recém criado, a lista tríplice será organizada pela Inspeção Regional de Ensino, ratificada pelo Núcleo Regional respectivo.

Parágrafo único — O Diretor nomeado de acordo com o Art. 14 exercerá suas funções apenas por um (01) ano.

Art. 15 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.981.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoioamento: MÁRIO CELSO, DARCY DEITOS, CARLOS ZANLORENZI, ROMERO FILHO e LUIZ GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

A lista tríplice já vem sendo usada na prática, em muitos municípios, até por recomendação expressa da Secretaria de Educação.

Ora se a prática existe e a aspiração do magistério é patente neste sentido, o critério é salutar para a administração pública e reconquista democrática expressiva.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste instante, na Delegacia Regional do Trabalho, encontra-se Presidente do Sindicato dos Comerciários de Curitiba, encontra-se Presidente do Sindicato Patronal da Classe, e encontra-se também várias comissões de comerciantes e comerciários, conversando, dialogando, espero eu, com o Delegado Regional do Trabalho, para o Paraná, General Massa.

Já desde o início do ano passado, a classe comerciária de Curitiba, e isso já começa a alastrar-se para as principais cidades do nosso Estado, vem demonstrando uma preocupação muito grande, com a perda de um direito adquirido há mais de 30 anos.

Direito este que se tornou lei em 1978 de que o sábado à tarde, é dedicada ao descanso do comerciário, num total de 44 horas de trabalho, por semana.

Há uma lei, uma lei infeliz aprovada pela Câmara Municipal de Curitiba, transformando o horário do comércio, livre, na Cidade de Curitiba. Isto é, até 10 da noite, aquele que pretender abrir a sua loja, ou o patrão que pretender forçar o seu empregado ao trabalho, poderá fazê-lo legalmente.

Há uma resistência por parte dos comerciários; há uma resistência por parte do Sindicato da classe e por isso mesmo não se admite a perda desse direito de 44 horas de trabalho por semana, quando não se admite também que esteja o comerciário sujeito ao trabalho noturno, perdendo aula, como vem acontecendo ultimamente.

Inclusive quando o cidadão preenche uma ficha para trabalhar, há um item em muitas empresas hoje, se ele estuda à noite, porque se estudar não pode ser contratado, já que a maioria das empresas do comércio em Curitiba, acabam liberando os seus funcionários, depois das 7 horas, ou até às 7,30 horas.

Os comerciantes não querem o trabalho noturno. Aham que Curitiba não comporta o trabalho noturno. Mas querem que o sábado à tarde, permaneça o comércio aberto, esquecendo que o comerciário tem este direito, volto a insistir, há mais de 30 anos. E que portanto, precisa do sábado à tarde, para o descanso ou mesmo até para resolver negócios, coisa que ele não consegue fazer durante a semana.

Na última terça-feira, uma comissão de comerciários esteve conversando com o Prefeito nomeado de Curitiba, Jaime Lerner. Disse ele que nada tinha a responder àquele pessoal, porque não era de sua responsabilidade. Era uma lei aprovada em Curitiba e que somente um acordo entre patrão e empregado, poderia trazer a solução.

E a solução, dificilmente virá, se for depender das autoridades envolvidas no caso. Prefeito lavando as mãos, Câmara Municipal omissa. Não acredito que o Delegado Regional do Trabalho, também possa atender aos interesses da classe comerciária.

Na última sexta-feira, ou melhor, na última quinta-feira, houve uma Assembléia Geral dos Comerciários. Mais de cinco mil funcionários lá estiveram, e notamos uma disposição muito grande, de até ser realizado um movimento grevista, a partir da próxima segunda-feira.

A reunião de hoje é muito importante com o Delegado Regional do Trabalho. Mais importante será a conscientização da classe que vai crescendo a cada dia que passa: — uma classe desunida, uma classe omissa, uma classe que não participava de nada, mas agora, a pedrinha foi colocada no sapato de cada comerciário. E amanhã, haverá uma nova Assembleia. E tenho certeza, se na última foram 5 mil, amanhã, aproximadamente 10 mil comerciários lá estarão.

E o comércio de Curitiba corre um sério risco, de a partir da próxima segunda-feira, ficar com as portas fechadas, porque o comerciário está cansado de ser escravizado pelas autoridades da nossa cidade e também pelos patrões, não todos, mas a maioria dos patrões, preocupados em ganhar dinheiro e não respeitar a lei e não respeitam o seu empregado.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias. — (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desta tribuna já outros nobres colegas, se manifestaram sobre o problema do trigo. Nós também queremos trazer a nossa modesta contribuição.

“Na Bíblia, Antigo Testamento, em Deuteronômio, capítulo 8, está escrito: “Porque o teu Deus te há de introduzir numa terra fértil de trigo, onde sem penúria comerás o teu pão. E quando comeres, louvarás o teu Deus pela excelente terra que te deu”.

E Deus nos deu, a nós paranaenses e brasileiros, a terra fértil. Mesmo assim, continuamos sem trigo.

Nesta semana, em que se completa mais uma etapa da retirada gradual do subsídio ao trigo, que vai deliberadamente forçar uma alta nos preços do pão e das massas, cabem algumas considerações sobre este nobre cereal e a política que norteia sua produção, industrialização e consumo em nosso País.

Devemos produzir este ano cerca de 2 milhões de toneladas, para um consumo ao redor de 6,5 milhões de toneladas. O declínio será da ordem de até 30% na área cultivada e de até 25% no volume da colheita.

Gastaremos, a preços de hoje, mais de um bilhão de dólares somente em compras externas de trigo, o dobro da poupança de divisas cavadas, com tanto barulho, pela substituição da gasolina por álcool de cana.

O fracasso de nossa safra nada tem a ver com problemas de clima ou praga. Os produtores plantaram menos simplesmente porque deixaram de ver no trigo um negócio pelo menos razoável. E não é para menos. Os triticultores dizem que estão gastando Cr\$ 20.000,00 para a formação de um hectare semeado e o financiamento não vai além de Cr\$ 16.000,00.

No ano passado havia a cobertura do seguro de crédito para toda a safra. Neste ano o seguro cobre apenas 80% do financiamento. Redução do seguro, justamente, para uma cultura que enfrenta riscos maiores.

Positivamente, o trigo não é prioridade oficial.

E o preço? Foi fixado em Cr\$ 28.500,00 a tonelada do tipo básico. Os produtores sustentam que o custo final de uma tonelada a granel ultrapassa os Cr\$ 30.000,00, na hora de sua entrega ao comprador único, o Banco do Brasil. Quer dizer, trabalhar com prejuízo nem mesmo o bom patriota consegue. E pensar que estamos em tempo de prioridade às atividades agrícolas.

Segundo o Ministério da Agricultura, desde o início da retirada do subsídio, o Governo já poupou mais de Cr\$ 42 bilhões. Mesmo assim, somente neste ano, o desembolso governa-

mental para bancar o consumo do trigo estrangeiro será de até Cr\$ 95 bilhões, quase igualando, despercebidamente, o orçamento total, tão falado, das usinas atômicas para 1981.

Não vale a afirmativa do Governo Federal de que o trigo comprado no exterior é quase um terço mais barato do que o produzido internamente e, portanto, não haveria interesse em estimular a produção nacional. O que deve ser levado em conta é a absurda sangria cambial, esta injustificável evasão de divisas.

É verdade que em termos de produtividade, menos de uma tonelada métrica por hectare, temos muito ainda que melhorar. E aí deveria entrar também os esforços oficiais, no sentido de se obter variedade melhores e mais resistentes, bem como técnicas de cultivo mais modernas.

O preço menor do trigo estrangeiro é fruto de uma tecnologia voltada para esse fim. Vale dizer, é filho da pesquisa. E, parece que não estamos dispostos a gastar, ou melhor a investir em pesquisa. Tanto que, em termos globais, os EUA dispendem hoje mais de 3% de seu vasto PNB. O Japão e a Alemanha 2,5%. E o Brasil, com uma economia relativamente ativa, pois que é a 10.^a em termos mundiais, investe apenas, 0,5% do Produto Nacional Bruto em pesquisa, o que significa muito pouca coisa, quase nenhum esforço no confronto de nossas necessidades.

Fica a sugestão. Que tal se investíssemos o total dessa enorme massa de recursos representada pelos subsídios e que agora está sendo retirada, em benefício único do aumento da produção interna deste indispensável cereal?

Deus já fez a Sua parte. Deu-nos terra em abundância e solo fértil. Precisamos agora usar a nossa imaginação criadora para que todos possam, sem penúria, comer o seu pão.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em decreto assinado no último dia quatro, o Governador Ney Braga criou o Parque Florestal do Rio da Onça. É uma área de 118 hectares, no Município de Matinhos, que passa aos cuidados do Instituto de Terras e Cartografia, que irá zelar pela preservação de suas águas, sua flora e sua fauna.

Quando se comemora a Semana do Meio Ambiente, o Governo Ney Braga marca, com essa iniciativa, sua participação efetiva na comemoração. Com uma iniciativa concreta no sentido da preservação ambiental.

Tal iniciativa, porém — Sr. Presidente, Srs. Deputados — não é única e nem isolada. Ela constitui, na verdade, apenas mais uma das muitas que caracterizam o atual Governo do Paraná como uma administração que tem a preservação do meio ambiente como uma das suas grandes preocupações.

Sentimo-nos muito à vontade, Senhores, para fazer esta afirmativa exatamente hoje, quando se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, por estarmos falando de fatos concretos, palpáveis e objetivos. E iniciativas com estas características é o que não falta quando se faz um balanço das realizações da atual administração.

Até mesmo na recente criação da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios poderíamos apontar benefícios para a preservação ambiental. Sim, porque esta Secretaria foi criada para desenvolver uma política municipalista que visa proporcionar, às pequenas e médias cidades do interior, uma infra-estrutura capaz de estimular a permanência do homem do interior em seu local de origem. E com isso se está desestimulando as ondas migratórias internas e, conseqüentemente, evitando-se a deterioração ambiental da periferia dos grandes centros.

Da mesma forma — Sr. Presidente, Srs. Deputados — poderíamos, se quiséssemos, apontar, no trabalho desenvolvido

pela Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, ações de efeitos positivos para o meio ambiente.

Bastaria, por exemplo, nos referirmos ao trabalho que vem sendo desenvolvido por aquela Secretaria no sentido da implantação de microssistemas de abastecimento de água, com técnicos orientando moradores da zona rural quanto à necessidade da preservação ambiental em torno dos pequenos mananciais.

Citamos tais exemplos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para demonstrar como, nos mais diversos campos da atuação do Governo Ney Braga, há iniciativas que, direta ou indiretamente, contribuem para a preservação ou recuperação do meio ambiente. Mas nem precisaríamos citá-los, pois há muitas outras ações voltadas especificamente para aquela finalidade.

Basta ver, no âmbito da Secretaria da Agricultura, o Programa de Matas Ciliares, a Arborização de Rodovias, a Poligonal de Itaipu e o Florestamento para Combate à Erosão. Até o final deste ano, quase 1.300 quilômetros de margens de rios, especialmente os afluentes do rio Paraná, deverão estar reflorestados. Cerca de 800 quilômetros de estradas pavimentadas já estão sendo arborizados. No polígono de Itaipu, mais de um milhão de mudas de árvores serão plantadas. Isto no que se refere ao campo das Florestas de Proteção. Se fôssemos falar também das florestas energéticas, teríamos que citar mais cinco milhões de mudas que serão produzidas este ano, para reflorestar 2.500 hectares de solo paranaense.

No conjunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os programas citados, mais outros de menor porte, representarão o plantio, somente este ano, de 20 milhões de árvores. Ou 25 por cento das florestas que originalmente cobriam o Paraná. Só na área do PRÓ-RURAL serão implantados 10 mil hectares de reflorestamentos energético e mais de 18 mil com essências nativas. Da mesma forma, na região Noroeste do Paraná, o Governo vem desenvolvendo, por intermédio da Secretaria de Planejamento, um gigantesco trabalho de recuperação do solo e combate à erosão, fenômeno que já chegou a atingir características realmente dramáticas na região.

Vem, o Governo do Estado, na atual administração, preocupando-se em desenvolver programas para levar o desenvolvimento às regiões mais defasadas do Estado. Mas, se analisarmos, mesmo rapidamente, o conteúdo de tais programas, sejam os já citados PRÓ-RURAL e PRÓ-NOROESTE, sejam o PRÓ-SUDOESTE, o PRÓ-LITORAL ou o PRÓ-RIBEIRA, em todos eles encontraremos também uma marcante preocupação com a restauração do meio ambiente agredido pelo homem ou a preservação daquilo que ainda existe de natural.

Vemos o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Indústria e do Comércio, empenhar-se em levar a industrialização aos mais distantes recantos do Estado. Mas também vemos, simultaneamente, esta mesma Secretaria adotar todas as preocupações para evitar que junto com as indústrias venham os problemas da poluição ambiental. Qualquer projeto industrial, no Paraná, só é autorizado se vier cercado de todas as garantias de que não irá poluir o meio ambiente.

Para isso — para evitar que novas indústrias tragam mais poluição e para motivar as já existentes a controlarem seus afluentes o Governo do Estado mantém a SUREHMA — Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente. E o trabalho que esse órgão vem realizando na administração Ney Braga é igualmente digno de registro. Tanto que nos permitimos chamar a atenção dos nobres Deputados para dois números que vamos citar agora: em 1978, a carga poluidora lançada em nosso meio ambiente correspondia, em seu equivalente populacional, a 4,5 milhões de habitantes. Dois anos depois, em 1980, essa carga já estava reduzida em quase cinquenta por cento, não passando do equivalente a 2,57 milhões de habitantes. Isto apesar do intenso surto de industrialização ocorrido no período.

Com estes números pode-se constatar que não só as novas

indústrias não aumentaram os índices de poluição ambiental, como também se reduziu, como nunca anteriormente se fez, a agressão ao meio ambiente.

Se fôssemos detalhar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos estes assuntos que estamos abordando, não haveria tempo suficiente. Este registro ficaria tedioso se fôssemos entrar em minúcias de cada uma daquelas ações ou de outras que ainda nem citamos, como a demarcação do Parque Estadual do Marumbi, a implantação do Jardim Botânico Metropolitano e de 120 açudes ao longo da Região Metropolitana de Curitiba, iniciativas concretizadas por intermédio da Secretaria da Administração e tantas outras ações igualmente importantes adotadas por outros órgãos governamentais na atual administração.

Acreditamos haver deixado bastante claro, neste Dia Mundial do Meio Ambiente, que o Paraná, graças à conscientização de seu povo e à ação eficiente de seu Governo, vem lutando, de maneira exemplar, pela melhoria das nossas condições ambientais. Na luta pela preservação do que nos resta e restauração do que foi danificado, o Paraná demonstra ao País que está renovando o pacto com a Natureza, conforme acentuou o governador Ney Braga em sua mensagem ao nosso povo a propósito do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A falta de um planejamento, de uma consciência ecológica da visão do homem como prioridade um no seu todo e o estreito relacionamento entre os bens ecológicos e o bem-estar da humanidade, nos leva nesse Dia Mundial do Meio Ambiente, também a fazer uma rápida reflexão.

Vivíamos há pouco e de maneira atenta, o desfilar de toda uma idéia, quanto à questão ambiental-ecológica do Estado do Paraná. Sr. Presidente, nós entendemos, que perguntas graves estão no ar, especialmente, no Paraná. Porque, enquanto nós ficamos às vezes, envolvidos por noticiários que buscam dar repercussão a esta ou aquela atitude isolada, no todo, há muito que se fazer e, principalmente, há muito que se planificar para colocar a visão Homem como prioridade um neste Estado.

A indagação clara que se coloca, é como por exemplo, enquanto teremos aqui em nosso Estado, o maior lago do mundo, até hoje não tivemos por parte de nossas autoridades, uma afirmação clara da ação humana direta ou indireta para intervir planificadamente, nesta questão. Quem não se esquece por exemplo, que construída para eliminar a milenar dependência do homem do Nilo e suas enchentes, propiciando uma irrigação constante do vale, uma maior produção de alimentos, uma melhoria do nível que existe na população egípcia, acabou o grande lago daquela usina, por gerar inúmeros problemas, como por exemplo: — a retenção dos nutrientes carregados pelo Nilo, pela represa e, conseqüente empobrecimento, num processo chamado oligotrofização a ponto de precisar utilizar fertilizantes para subsistir.

Como também, a população pobre que não pode ter acesso a esse tipo de fertilizante, terão um problema maior no governo egípcio. A manutenção de água durante todo o ano nesses canais de drenagem, propiciou a expansão de ocorrência de caramujos hospedeiros de esquistossomose com graves riscos para a população.

Tantas outras conseqüências aconteceram, como problema similar ocorreu em frente ao delta do Nilo no Mediterrâneo, onde havia importante captura comercial de sardinha. O delta do Nilo se mantinha por um balanço entre a deposição de material carregado pelo rio e que nele se depositava e a erosão marinha. Com a redução do transporte de material pelo Nilo, devido a sua retenção pela represa de Assuã, a deposição de mate-

rial no delta se reduziu e o Mar Mediterrâneo passou a erodi-lo, obrigando a construção de obras de engenharia para sua contenção.

A evaporação das águas de represas tem provocado até hoje perturbações locais e mesmo no Norte da África e nos terrenos vizinhos. Assim, tantos exemplos temos só na construção de Assuã, porque a falta de uma visão ecológica, ambiental e humana, gerou toda uma consequência que hoje é questionada até à própria horta.

Aqui no Paraná, fica portanto, o questionamento sério de Itaipu. Até hoje, se fala muito em colocar-se árvores no replantio de algumas árvores, entre milhares de árvores. Mas esta não é a única e a principal questão, como se prova pelos exemplos históricos das grandes usinas das grandes hidrelétricas. Mas, outras perguntas saltam aos olhos do Paraná. O que há efetivamente no Estado, para recuperar a cobertura florestal de maneira incisiva, definitiva, num Estado que talvez está jogando no mato em 4% de cobertura florestal.

O que existe para efetivamente impedir a degradação do solo? Quem desconhece os trabalhos feitos pelos próprios cientistas, provando a degradação do solo por exemplo no Noroeste, do Norte ou do próprio Oeste do Paraná, provando que no seu todo teremos, dentro de 30 anos, de maneira acelerada, todo um processo de desertificação daqueles solos?

Quem não conhece as teses científicas, provando o enca-minhamento de uma situação terrível de vitrificação daquele solo, pelo uso abrupto e continuado da maquinaria agrícola? Quem desconhece o processo de erosão terrível, fazendo com que nós tenhamos, no Paraná, um dos maiores índices de perda de solo de toda a Humanidade, onde se perdem mais de 3 cm da parte mais ubérrima, quando na verdade isto levaria mais de 300 anos para reconstituí-lo?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias, ouvimos numa entrevista feita na "Folha de São Paulo", no seu folhetim, em que o agrônomo do Estado do Paraná provava que, só no Norte do Estado, a degradação que se processou no solo em trinta anos, é muito maior do que possa ter ocorrido na China em mais de um milhão de anos.

Estas realidades estão palpáveis e em cima disto não temos tido propostas concretas, a não ser paliativas ou superficiais.

O que dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos um dos Estados com maior número de intoxicados, devido ao envenenamento agrícola? O que dizer do índice que temos hoje de residual tóxico nos alimentos? O que dizer de um Estado e de um País que não se levanta contra a utilização de dezenas e dezenas de produtos agrotóxicos, proibidos nos países de origem e vendidos abertamente em qualquer região do Paraná e do Brasil? O que dizer desta situação clara, visível, que está hoje aí, a intoxicar os homens, a ferir terrivelmente a flora e a fauna e a estragar e levar, de maneira muito célere, a morte em nossos rios?

Nós que somos do Oeste do Paraná e que conhecemos, em menos de 15 anos, todo o processo acelerado de uma tecnologia imposta para a agricultura e que neste setor está deixando um caudal terrível de consequências sociais, ecológicas e ambientais, os rios que desaparecem na sua vida, a piscicultura que, de uma vez por todas, está morta e assim não temos, até agora, tido a presença do Estado de maneira veemente, incisiva, para diminuir estes gravíssimos efeitos.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no Dia Mundial do Meio Ambiente, precisamos realmente comemorar este dia. Mas não comemorar com palavras de ufanismo. A realidade poluidora, a degradação do meio ambiental, quer urbana, quer rural, está a exigir do Estado, como ponto de partida, uma posição mais clara. Se entendermos que a consciência da coletividade é de suma importância, mas também neste setor o Estado tem que agir, para criar a mentalidade ecológica-ambien-

tal, em defesa do ecossistema.

Se não tivermos esta visão, estaremos, com certeza, deixando uma das piores heranças para as futuras gerações.

E a certeza também é clara...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Estou no Pequeno Expediente.

O Sr. Gabriel Sampaio — É que pelo tempo que Vossa Excelência está na tribuna, achei que era o Grande Expediente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Tenho a impressão que Vossa Excelência está equivocado. Nós temos um Presidente que está sempre muito atento e com um relógio de um tamanho e expressão...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, que na verdade a questão ecológico-ambiental precisa ser tomada com toda a vontade. Em que pese, nós temos um pouco de ceticismo, porque entendemos que casar um regime de ideologia do lucro com a qualidade de vida do homem, é muito difícil. A prova está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando vemos medidas do Governo, como esta que procura proibir no Brasil o BHC só a partir de 1983, quando na verdade deveria ser proibida aqui e agora, inclusive com a retirada do mercado de todos os estoques existentes.

Por isto o nosso ceticismo é que num regime capitalista, deste que temos no País, que coloca a ideologia do lucro acima de tudo, é muito difícil falar em ecologia e meio ambiente, porque aí sealaria em qualidade do homem, a qualidade de vida do homem, e na visão ideologista do lucro está em segundo plano. Infelizmente, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estribados na ordem cronológica dos acontecimentos que se verificaram em Palmas, viemos pedir explicações do Governo. Foi pela palavra do nobre Deputado Airton Cordeiro que a Casa conheceu a resposta governamental. Não podendo negar a veracidade dos fatos apresentados, procurou-se dar a eles, no entanto, uma versão de normalidades administrativas, como se fossem os professores os culpados e não a inspetora e suas comadres.

Tomei o cuidado de enviar a Palmas a íntegra das notas taquigráficas do que foi a resposta do Governo e receber por parte dos professores de Palmas, substanciais subsídios bem como farta documentação para dismistificar, item por item assim de uma vez por todas, a insubsistente defesa apresentada.

Em nossa denúncia, citamos fatos e indagamos critérios administrativos. Na versão do Governo tais fatos recebem interpretação diferente, apenas para o deslocamento das responsabilidades. Afirmamos que foi automóvel que investiu contra pessoas, surrealisticamente se pretendeu dizer o contrário ou seja, que pessoas (professores) investiram contra o automóvel.

Quando dissemos que "dignos e conscientes diretores", por concordarem com as reivindicações do magistério, "colocaram seus cargos à disposição", se pretendeu justificar que isso não ocorrera porque o pedido não fora por escrito.

Perguntamos agora. É preciso ser por escrito, onde está a lei que exige que alguém coloque o seu cargo à disposição por escrito, se as demissões podem ser "ad mutum" de quem as nomeia?

Evidente que o nobre Deputado Airton Cordeiro, foi mal informado para vir responder a nossa denúncia. Dizemos isso porque conhecemos a conduta do nobre colega, avesso a versões inverídicas, falsas e mentirosas como as que foram pas-

sadas as suas mãos. Aliás isso comprova os métodos que se usam na 50.^a IRE, para “criar a verdade” da senhora inspetora.

TROCA DE DIRETORES

Colocar o cargo à disposição, é evidente, não é a mesma coisa que pedir demissão. Pedir demissão, é decisão unilateral, independente de vontade de quem nomeia. Já “colocar à disposição” é um ato complexo que depende da vontade de quem nomeia. O primeiro deve ser formal, expresso, por escrito, já não existe exigência ao segundo caso.

Não afirmamos que os diretores tivessem “pedido demissão” mas sim que “colocaram à disposição seus cargos”. Não há como confundir uma coisa com outra.

Mas que foi formal a colocação à disposição foi e isso foi feito em reunião promovida pela 50.^a IRE, no dia 07-10-80, presidida pela Inspetora Regional e com a presença da Delegada do 8.^o Núcleo Regional, Professora Terezinha Rosário Gruber, de cuja reunião lavrou-se a Ata número quatro que está às Fls. 5, do Livro de Atas e devidamente assinada pela Inspetora, Delegada, Diretores e professores, conforme xerox que apresento e fica a disposição do Plenário.

Evidencia-se na resposta que a Secretaria, exige como critério da confiança, a submissão incondicional ao Executivo, das pessoas nomeadas. Acentuando ser “o pressuposto, segundo o qual, “só realmente quem merece confiança que é nomeado”. Data venia, esta confiança é em outras palavras, quem se sujeite a ser “cordeiro” ou despersonaliza-se na eventualidade de ter interpretação diferente. O Governo do Paraná, com isso, desrespeita a dignidade que todo o funcionário tem, como cidadão livre, a liberdade para discordar de ordem manifestamente prejudicial a sua classe funcional. Infelizmente há que se reconhecer que o “cordeirismo” existe, e na verdade muitos dos que ocupam cargos de confiança, preferem exorcizar a seus próprios colegas, para receber as benesses pessoais de um cargo, neste sistema educacional falido, ou como disse o ex-Ministro Eduardo Portela, transforma-se o jovem de hoje numa “infundável população do MOBIL” amanhã.

No comando político implantado no Paraná, a palavra “confiança” deve ser entendida como submissão. E tanto isso é verdade que todos aqueles que não são subservientes, vale dizer não aceitam se instrumentalizar como politiquinhos, são e foram sumariamente dispensados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência informa ao nobre orador, que está esgotado a hora do Pequeno Expediente. E Vossa Excelência passa a falar em nome da Liderança do seu Partido.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço um aparte a Vossa Excelência. (Assentimento).

Ao agradecer, devo, de início, tentar estabelecer uma diferença da colocação feita por Vossa Excelência, no que toca ao afastamento ou não, dos diretores que ocupam cargo de confiança.

Vossa Excelência mencionou que o cargo de provimento em comissão, e que o seu ocupante é demissível “Ad-nutum”, não há dúvida de que realmente é.

Mas, a própria natureza jurídica do cargo dá este caráter puro e simplesmente, à autoridade administrativa, para retirar da função a pessoa que exerce esta função.

Mas, eu pergunto a Vossa Excelência, qual é a forma reversa, qual é a maneira que o ocupante do cargo em comissão abre mão da confiança que lhe foi depositada pela autoridade administrativa, para deixar este cargo?

Verbalmente? Não.

Formalmente? Sim.

E o que se levantou no pronunciamento feito, na semana passada, há exatamente, aliás, uma semana, foi que os diretores não colocaram as suas funções à disposição do Governo, porque o dizer oralmente é tão abstrato quando não se tem documen-

to algum, prova alguma, que tanto pode ser verdadeiro, quanto mentiroso.

Por isso é que não se pode levar na conta de uma atitude séria, o ato de dizer “Meu cargo está à disposição”. Porque, o ato de demitir é da autoridade administrativa, e isto caracterizaria perfeitamente a iniciativa de demitir, do Sr. Secretário da Educação.

O correto seria o contrário, Deputado Nilso Sguarezi, e Vossa Excelência, como brilhante advogado, sabe disso. O correto seria o detentor da função pública, formalmente, por escrito, se dirigir a seu superior hierárquico, e dizer: “O meu cargo está à disposição de Vossa Senhoria, porque não concordo com esta situação, ou porque entendo que já cumpri a minha função, ou porque não quero mais ficar aqui, ou porque discordo da orientação do Secretário da Educação do Estado do Paraná”. O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado Airton Cordeiro, isto foi feito.

Numa reunião em Palmas, na época dos acontecimentos, aqueles diretores, na reunião, perante a inspetoria e delegacia do 8.^o Núcleo, disseram isso, foi lavrada uma ata, esses diretores assinaram a ata junto com a inspetora e com a delegada.

Quer dizer, ficou formalizado. Eles colocaram à disposição.

Depois, houve a pressão dos professores de Palmas. Oitenta professores fizeram o abaixo-assinado ao Prefeito, que tem o comando político, para que ele mantivesse nos cargos, aqueles diretores.

Então, realmente, a colocação foi formal. Ou Vossa Excelência exige que o Diretor da escola venha a Curitiba formalmente, e entregue alguma coisa escrita ao Secretário? Data venia, o entendimento dele deve ser com a inspetora e a delegada, as autoridades locais do ensino. Isso foi formalizado. O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Sguarezi, me permita, não

há necessidade de vir a Curitiba, até porque seria quebrar a hierarquia funcional. Basta encaminhar o pedido à Inspetoria Regional.

Pergunto a Vossa Excelência se Vossa Excelência decidir, neste momento, renunciar ao seu mandato de Deputado, Vossa Excelência vai dizer “eu renuncio meu mandato de Deputado”, ou Vossa Excelência vai encaminhar seu pedido de renúncia à Mesa?

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência está usando exemplo totalmente errado. Ninguém demite Deputado. Aí é uma coisa que depende de minha vontade expressa.

Porque, se o Secretário da Educação quer trocar um diretor, não precisa o diretor assinar, e esse diretor pode até ir pedir de joelhos para ficar no cargo. Direção é cargo de confiança, mandato legislativo é outra coisa.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência não alcançou o sentido de minha observação, o ponto central da discussão é o fato de os professores terem ou não, pedido o afastamento formalmente, das suas direções.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito. Eles não pediram, deixaram o cargo à disposição.

O Sr. Airton Cordeiro — Deixaram à disposição, oralmente.

Mas, se tivessem, realmente, disposição de se afastar, o único caminho que lhes restaria seria a formalização do pedido.

Dai porquê, digo a Vossa Excelência o caso de sua renúncia.

Se Vossa Excelência disser, da tribuna, que renuncia o mandato de Deputado, a Ata vai registrar. Agora, a Mesa não vai considerar o seu pedido, porque o requisito essencial é a decisão formal de Vossa Excelência encaminhando o pedido de renúncia à Mesa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concordo com Vossa Excelência.

Só que eles não se demitiram do cargo. Aí é que está a diferença.

Demitir-se é não querer mais continuar. Colocar à dispo-

sição, é deixar que a autoridade decida. É deixar a autoridade livre para decidir.

Disse aqui "eles colocaram à disposição". Vossa Excelência disse que eles não pediram demissão. Evidente que eles não pediram. O que houve foi uma inversão. Vossa Excelência tomou como se eles tivessem pedido demissão. Eles não pediram demissão. Eles colocaram à disposição. Aí, é que está a conduta ética deles. Eles se sentiram, na realidade, incompatibilizados na continuação do cargo, porque eles ficaram ao lado das reivindicações do Magistério.

A Secretaria estava contra as reivindicações. É claro. Uma atitude ética normal, racional, foi assumida por aqueles dois diretores. Eles se sentiram impossibilitados de continuar numa situação conflitante. Se eles não pediram demissão. Se tivessem pedido, concordo com Vossa Excelência que o pedido deveria ser por escrito.

Na versão dada ao eminente Deputado, e aí que digo terem sido passados dados errados, porque conheço o nobre Deputado Airtton Cordeiro e sei que nunca afirmaria uma inverdade.

Portanto, é mentira que os diretores se negaram ao pedido escrito. Eles não se demitiram. Eles deixaram a Secretaria à vontade para decidir, da sua continuidade ou não, nas direções. Eles foram de uma conduta ética exemplar. Como bem disse o memorial da classe, subscrito por 80 professores ao Prefeito, quando pediram a sua continuidade na direção dos colégios:

"COM ESTA ATITUDE NOBRE E CONSCIENTE
OS DIRETORES CRESCERAM EM PRESTÍGIO
PERANTE A CLASSE DOCENTE".

Portanto, os diretores só permaneceram para atender o apelo da classe, e pela palavra do Prefeito, foi assegurado que isso aconteceria, ou quando não a classe seria consultada.

Infelizmente, "este compromisso moral" assumido pelo Prefeito em seu próprio gabinete, perante a Comissão dos Professores, em outubro de 80, não foi cumprido.

Daí comprovar-se que, efetivamente a substituição foi mais punitiva e diretamente resultante da participação no Movimento Educação e Justiça.

REELEIÇÃO DA VEREADORA

Outro reparo na versão dada pelo Governo, também por falta de veracidade é quanto a afirmação de que a inspetora, como vereadora foi reeleita, com expressivas votações. A Senhora Emy Aparecida Milla Tives foi eleita em 1966, ocasião aliás, em que para conseguir votos, fez muitas promessas, entre as quais que construiria os muros da Escola Sebastião Paraná e a cancha de esportes, já que à época, era sua Diretora.

Não foi reeleita. Disputou só uma eleição. Nem a bionidade da prorrogação fez com que as promessas da campanha entre pais e alunos fossem cumpridas. Os muros não foram nem começados e a cancha está inacabada, entretanto, graças às promoções dos próprios professores.

Não dissemos que existe incompatibilidade para o detentor de mandato eletivo ocupar função administrativa. Oxalá, os políticos ocupassem, neste País, os lugares dos tecnocratas, e não teríamos hoje a crise que conturba a vida brasileira.

O que quisemos dizer e vamos repetir, é que no sistema de comando político, o que existe é a exploração partidária da educação. Quantos há que usam a máquina administrativa para se elegerem? Não foram e não são setores do próprio PDS, (Portanto, de quem conhece muito bem o uso da máquina governamental) que querem aumentar os prazos da desenglobalização?

Ora, o comportamento da inspetora foi que gerou, como foi denunciado, todo o conflito. Isso porque na 50.^a IRE ela tem sido só VEREADORA do PDS e nunca INSPETORA. E isso não se pode admitir. Alguém para se eleger promete melhorias nunca escola, e se elege só por isso. Depois de eleita sustenta INCONDICIONALMENTE o Governo que não dá

verbas para a educação e mais, quando o magistério se movimentava para pedir melhorias para a Educação, esta pessoa que se elegeu prometendo lutar pela causa da educação, não só, exorcisa a luta do magistério mas torna-se em repressora das suas justas reivindicações.

O mandato eletivo não é incompatível ao cargo de Inspectora. Quem é incompatível ao cargo é a própria pessoa, da senhora inspetora, pelas suas deficiências, mesmo que não fosse vereadora, não daria conta do recado. A sua condição de vereadora apenas agravou essa incompatibilidade, tanto que se desagradou como vereadora por não realizar as promessas de campanha, evidente que tal desagrado tornou-se indissociável da função de inspetoria.

É a velha história, existem políticos e políticos. Uns fazem política os outros politicagem. Uns educam, outros se servem da educação.

Uns brigam com o Governo por mais verbas pela educação, outros defendem o Governo que explora os educadores. Uns são idealistas, outros fisiológicos. Uns são de personalidade, outros líderes. Uns de pé, outros agachados. Uns de coragem outros... bem os outros, como disse o poeta em seu sonho:

"QUE MARAVILHOSO SERIA O MUNDO, SE OS GOVERNOS DESSEM VERBAS SUFICIENTES À EDUCAÇÃO PARA QUE OS PROFESSORES E ALUNOS, NÃO PRECISEM FAZER RIFAS, QUERMESSES E MENDICÂNCIAS, PARA DISPONER DE ESCOLAS, LIVROS, E MEIOS PARA EDUCAR...

MAS, MAIS SUBLIME SERIA O MUNDO, QUANDO OS GENERAIS SÓ TIVESSEM O RECURSO DA RIFA, DA QUERMESSE E DA MENDICÂNCIA PARA PODEREM COMPRAR SUA METRALHADORAS, CANHÕES E BOMBAS PARA FAZEREM A GUERRA".

FALTAS NÃO JUSTIFICADAS

Dramaticamente pretendeu-se justificar as 112 faltas, com acidente na família da Senhora Inspectora. Se isso fosse verdade, é evidente que a justificativa teria sido feita. Esta dramática revelação chamou muito atenção de toda a comunidade palmenense, por familiares da vereadora ter sofrido acidente, porque o fato era totalmente desconhecido até de parentes próximos da mesma.

Estranhável mais é que as faltas não foram contínuas (caso fosse doença) mas aconteceram no correr de todo o exercício de 1980. E mais estranhável é o nobre Deputado Airtton Cordeiro ignorar as disposições do Decreto 2009, de 3/03/80, letra C, do artigo 12, que determina:

"NÃO PODERÃO SER DESIGNADOS PARA MINISTRAR AULAS EXTRAORDINÁRIAS OS QUE APRESENTAREM 30 (TRINTA) OU MAIS FALTAS NO DECORRER DO ANO LETIVO PRECEDENTE AO DA POSSÍVEL DESIGNAÇÃO".

Mas com 112 faltas, sem justificativa a Diretora, comadre da Inspectora, atribuiu-se aulas extraordinárias em cumplicidade com a Inspectora e a Delegada, prejudicando com isso o direito de outros professores. Este procedimento ilegal e discricionário sempre foi adotado pela vereadora, tanto que os professores já em 1979 exigiram uma reunião da Inspeção com o Prefeito (detentor do comando político). Em dezembro de 1980, como meio de solucionar o problema foi constituída uma Comissão de professores, tudo conforme ata de 20/12/80, que também fica à disposição dos interessados.

A decisão da Comissão não foi respeitada pela Inspectora que prejudicou os professores. Nicéia Aparecida dos Santos Lustosa e Paulo Quintero, sentido-se prejudicados recorreram ao Secretário que impediu mais uma injustiça da Inspectora-Vereadora.

Mas ao invés de responder, o Governo preferiu perguntar, por que o Professor Miraldo aceitou fazer a leitura do documento da APP? Respondemos com a Ata da sua eleição na APP. Aceitou como decorrência da responsabilidade da delegação que seus colegas lhe outorgaram e com a coragem necessária de questionar os poderosos e arbitrários.

Agora nós perguntamos:

Por que a Inspetora só compareceu até agora em duas reuniões de professores?

E nestas duas ocasiões, porque houve pressão dos professores para que ela estivesse presente, pois reclamações de sua conduta eram a única pauta das reuniões?

Que inspetora é essa que tem medo de ir às reuniões de professores, mesmo quando é a Inspetora quem convoca tais reuniões?

Indagamos: por medo ou incompetência?

DOS PROCESSOS:

Como modesto advogado, que milita na advocacia criminal, não cometeríamos a sandice de pretender impedir que alguém que se sinta ofendido, vá à justiça pedir que o aparelho judiciário do Estado se manifeste. Como opositorista combatíamos o AI-5 que muitos defenderam, porque acima de tudo aquela excrecência da ditadura, impedia até que a justiça fosse chamada a apreciar as arbitrariedades que em nome dele eram praticadas. Nossa formação democrática reconhece o direito da pessoa da Senhora Deusima Lara Sampaio, peticionar e respeitar em juízo. Entretanto, discordamos e reprovamos os meios com que está pretendendo provar a acusação da ofensa que se diz a vítima ao arrolar testemunhas que nem estavam presentes na reunião onde teriam acontecido os fatos. E por ser matéria "sub-judice", sentimos impossibilidade de analisá-la.

Já na esfera administrativa é irrelevante a distinção que se pretendeu dar, quando se disse que o Professor Miraldo não foi punido com 30 dias de suspensão, mas que apenas foi medida "acautelatória".

Indago quais as consequências desta punição "ab initio" sem qualquer instrução processual anterior? Foi para "acautelar" realmente os interesses da educação ou veio como "vindita" para dar o "recado a quem se dispusesse enfrentar as coisas"?

Foi tão acautelatória a "medida", que revoltou toda a comunidade palmense, desde os próprios mestres com a paralisação das aulas, dos alunos com a passeata pública, do clero e Igreja, com manifestações e até da imprensa, como bem destacou no último dia 29-05-81, no "Estado do Paraná", ao transcrever carta do consagrado missivista palmense Levy Whal Marins:

"ULTIMAMENTE, ESTA CIDADE TEM SIDO PALCO DE INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES. NÃO SEI, NEM QUERO SABER QUEM SÃO OS CULPADOS, SÓ SEI QUE COM ESSES INQUÉRITOS, OS PREJUDICADOS SÃO OS ALUNOS.

BASTA JÁ, OS FERIADOS EXISTENTES, E AGORA COM ESSAS BRONCAS, OS FERIADOS TÊM AUMENTADO. E OS ALUNOS FALTANDO ÀS AULAS... E A NOSSA MOCIDADE PERDENDO AULAS POR MAL ENTENDIDOS, É UMA VERDADEIRA CALAMIDADE.

E ARREMATOU O ILUSTRE PALMENSE:

"CHEGA DE INQUÉRITOS, CHEGA DE VERGONHA. VAMOS DAR A CÉSAR O QUE PERTENCE A CÉSAR. O GOVERNO QUE NOMEIE O ILUSTRE MESTRE MONSENHOR ENGELBERTO PARA ENCERRAR PARA SEMPRE COM ESSES MAL ENTENDIDOS".

Desnecessário dizer, portanto, que a opinião pública fecha com o pedido de troca da inspetora.

Sobre os processos ficou patente o prejulgamento da Secretaria da Educação. Definiu-se na resposta dada por ela, que o procedimento dos professores foi crime, foi calúnia, foi difamação, foi injúria. Mas como opinar-se isso, se a matéria não foi ainda julgada?

Como se tem coragem de dizer que não se obstaculizou a defesa do acusado, se este teve que apelar para o Mandado de Segurança, liminarmente concedido?

LISTA TRÍPLICE

Por que tudo isso começou? Não foi porque os professores queriam a lista tríplice para indicação dos cargos da educação; por que só agora o Governo cedeu? Será que o Governo de uma hora para outra democratizou-se? Ou será que os acontecimentos de Palmas e de Pérola do Oeste, não começaram a desmudar por inteiro o desgoverno do Paraná?

Claro que foi a pressão legítima dos que tinham a verdade como escudo e o interesse da educação como objetivo, que forçou o Governo a ceder.

A lista tríplice foi reconquistada, não foi dádiva. Ela existia até 1967 e aqui desta mesma tribuna, este Deputado, como consta dos Anais desta Casa, quando se discutiu e votou o Estatuto do Magistério, ela foi por nós defendida. Naquela oportunidade não pôde ser reconquistada porque a diferença de um único voto da maioria da finada e suicida ARENA impediu-nos.

Fica, pois, esclarecido que lista tríplice é a reconquista de professores idealistas e que estão pagando preço inestimável por isso. Ela não é obra nem fruto dos que se omitiram, dos que se acovardaram ante às ameaças de punição. Mas ela tem que ser fixada no Estatuto do Magistério, e para tanto, estamos apresentando projeto de lei nesta Casa. A lista tríplice que interessa ao magistério, — como mecanismo democrático de aferir a preferência da classe — não é esta que se está propondo em Palmas.

Num verdadeiro processo democrático, cada professor vota em três nomes por se tratar de lista tríplice (em quatro se quadrúpula, ou cinco se quintupla etc.) e não em um único nome para depois apurar-se os três mais votados, como está sendo determinado pela SEC.

Ora, votando em um único nome, pode acontecer, por exemplo, que num colégio de 30 professores, 27 votam em um só, o verdadeiro líder, dois em outro e um voto em si mesmo; teríamos uma lista tríplice, em que um conseguiu entrar com o seu próprio e único voto; podendo vir a ser escolhido em detrimento de outros mais aptos e capazes, que não foram indicados porque cerceou-se a liberdade de escolha.

Isso não é lista tríplice, mas autêntica armadilha antidemocrática.

NÃO É UM GRUPO DE PROFESSORES

Como já dissemos não é um grupo de professores. Se fosse um simples grupo ou a minoria que se pretendeu dizer, por que o Governo cedeu?

Não, não é um grupo, não é a minoria. É a maioria dos professores de Palmas que quer outra inspetora. Esta maioria é consciente e assume a luta e dela tem participado. Tenho aqui as assinaturas de presença nas Assembléias onde se fizeram presentes, 60, 70 e 80 professores.

É a classe do Magistério que elegeu comissão para vir a Curitiba cientificar o Sr. Secretário de que a luta só parar no dia em que a normalidade for restaurada na 50.^a IRE e quando não mais se usarem processos como meio de intimidação, porque tais expedientes constituem-se na verdade em "falta de segurança para prosseguir seus trabalhos" ensejando com isso, que seja despertado o espírito de cooperação e solidariedade, muito bem demonstrado quando a classe, por dois dias não fez greve, mas solidarizou-se com a injustiça de que era vítima o Professor Miraldo.

Continuamos a esperar a resposta ao desafio que fizemos

ao Sr. Secretário, sobre o PLEBISCITO.

Se ele acredita que seja um simples grupo de agitação, por que não aceitar e com isso desmoralizar tanto este Deputado como a Liderança da APP de Palmas?

Tope a parada e saberemos quem realmente está incompatibilizado com o magistério palmense.

Faça, se Vossa Excelência não quiser o plebiscito, — para não expor a senhora vereadora a uma humilhante derrota eleitoral, uma lista tríplice — verdadeiramente democrática — e constatará então, a inevitabilidade da mudança da inspetora. É o mínimo razoável. E a única saída, outra não há. Deixe o pessoal votar Sr. Secretário, que a vitória será sua, nossa, dos professores, da educação. Na lista tríplice não há derrota, apenas vitória. Não é perda, mas conquista.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer ao Deputado Ailton Cordeiro, que me parabeno com o Sr. Secretário da Educação, que determinou se fizesse em Palmas, a lista tríplice do magistério. Eu só discordo da maneira como esta lista tríplice está sendo feita.

O Sr. Secretário determinou, que se faça uma eleição só e que cada professor vote em um nome. Fora isso, pode ocorrer o seguinte: — numa escola de trinta professores, um professor obter vinte e sete votos, o verdadeiro líder “inconteste”, outro obter dois voto e outro professor votar em si mesmo e ter o seu único voto, integrar a lista tríplice.

Então, tanto eu discordo, como reconheço que a própria Secretaria, na prática, como disse Vossa Excelência que alguns anos na cidade de Londrina. Então, estou dando entrada, Sr. Presidente de um projeto de lei, que ao menos colocará em discussão o problema da lista tríplice, apresentando com o apoio de vários colegas, um projeto de lei que restabelece a lista tríplice. Para que a Casa, estude, medite.

Realmente, eu acho então, uma medida salutar, é uma reconquista. A lista tríplice existiu até 1967 e, portanto, eu acho que realmente, é uma reconquista do magistério.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PP se deseja fazer uso do seu horário, declinado, consulta à Liderança do PTB, declinado, consulta à Liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 06/81, (Mens. Govern. n.º 04/81), que aprova o Termo Aditivo de Retificação n.º 01 ao Termo Parcial do Convênio n.º 12/76, celebrado entre o Estado do Paraná, órgãos que especifica, objetivando a execução de Projetos e Obras Integrantes do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 08/81, (Mens. Govern. n.º 06/81), que aprova Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os

municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 19/81 (Mens. Govern. n.º 20/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios aqui nominados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas nos municípios citados. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 26/81 (Mens. Govern. n.º 27/81) que aprova os Termos de Convênios n.ºs 41/80, 42/80, 43/80, 44/80, 45/80 e 46/80 dos municípios aqui nominados, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação de órgão que especifica, objetivando aplicação de recursos em obras públicas nos municípios citados. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, pela realização e êxito da II Feira da Indústria Paranaense — Paraná Hoje. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Ministério das Relações Exteriores, visando o envio de Nota de Protesto às autoridades inglesas pelo tratamento injusto dispensado aos presos políticos na Irlanda do Norte, que ocasionou a morte de Bobby Sands, dirigente do Exército Republicado (IRA). — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

6 Senhores Deputados aprovam; 4 Senhores Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 8, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 08/81, 09/81, 10/81 e 19/81.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 28/81.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 14/81, 15/81, 16/81 e 17/81.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.^a LEGISLATURA — 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a pre-

sidência do Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprova a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado ANTÔNIO COTRIM apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 02/81, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública, a Associação de Recuperação do Alcoólatra de Bandeirantes, com sede na cidade de Bandeirantes. PROJETO DE LEI N.º 03/81, de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE PÉROLA - ARA, com sede e foro na cidade de Pérola. PROJETO DE LEI N.º 15/81, de autoria do Senhor Deputado Eron-

dy Silvério, que declara de utilidade pública a OBRA FILANTRÓPICA DAS IRMÃS DA CRUZ, com sede e foro na cidade de Curitiba. Projetos de Resolução de n.ºs 01/81, 02/81, 03/81, 04/81, 05/81, 06/81, e 07/81. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

Lélío G. Sotto Maior

Secretário